

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora e consolidado (IFRS e BRGAAP)		Controladora e Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	31/12/2012	31/12/2011	Ativos financeiros disponíveis para venda	Hedges de fluxo de caixa	Efeito fiscal	Total dos outros resultados abrangentes
Prejuízo líquido do exercício	(1.512.915)	(751.538)	487	16.038	(5.453)	11.072
Outros resultados abrangentes			(487)	19.466	(6.618)	12.361
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.191	362	-	-	-	-
Hedges de fluxo de caixa	(5.505)	(46.289)	-	(155.607)	52.906	(102.701)
Efeito fiscal	10.686	(90.341)	-	(120.103)	40.835	(79.268)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(1.502.229)	(841.879)	-	-	-	-

A movimentação do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - CONTROLADORA

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital		Custo na emissão de ações	Reservas de lucros		Remuneração baseada em ações	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízo acumulado	Total
			Ágio na conferência de ações	Reserva especial de ágio de controlada		Reserva legal	Reserva para reinvestimento			Ativos disponíveis para venda	Resultado não realizado de hedge		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.315.655	-	31.076	29.187	(19.194)	49.833	479.699	43.727	(11.887)	487	10.586	-	2.929.169
Ajuste por correção de erro em controlada - nota 2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.462)	(37.462)
Saldo ajustado em 01 de janeiro de 2011	2.315.655	-	31.076	29.187	(19.194)	49.833	479.699	43.727	(11.887)	487	10.586	(37.462)	2.891.707
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(487)	(89.854)	(90.341)	(90.341)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(49.833)	(479.699)	-	-	-	-	(751.538)	(751.538)
Realização da reserva para reinvestimento e reserva legal para absorção dos prejuízos acumulados	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	529.532	-
Aumento de capital por exercício de opções	25	845	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	845
Adiantamento para futuro aumento de capital	25	-	182.610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.610
Custo de emissão de novas ações	25	-	-	-	(12.757)	-	-	-	-	-	-	-	(12.757)
Opção de compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	24.875	-	-	-	-	24.875
Recuperação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.490)	-	-	-	(39.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.316.500	182.610	31.076	29.187	(31.951)	-	-	68.602	(51.377)	-	(79.268)	(259.468)	2.205.911
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.686	-	10.686
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.512.915)	(1.512.915)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	25	-	579	-	-	-	-	-	-	-	-	-	579
Aumento de capital em 13 agosto de 2012	25	183.189	(183.189)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações de ações em tesouraria	25	-	-	1.124	-	-	-	10.653	-	16.213	-	-	10.653
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	577	577
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.499.689	-	32.200	29.187	(31.951)	-	-	79.255	(35.164)	-	(68.582)	(1.771.806)	732.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - CONSOLIDADO

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital		Custo na emissão de ações	Reservas de lucros		Remuneração baseada em ações	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízo acumulado	Total
			Ágio na conferência de ações	Reserva especial de ágio de controlada		Reserva legal	Reserva para reinvestimento			Ativos disponíveis para venda	Resultado não realizado de hedge		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.315.655	-	31.076	29.187	(132.522)	49.833	593.027	43.727	(11.887)	487	10.586	-	2.929.169
Ajuste por correção de erro - nota 2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.462)	(37.462)
Saldo ajustado em 01 de janeiro de 2011	2.315.655	-	31.076	29.187	(132.522)	49.833	593.027	43.727	(11.887)	487	10.586	(37.462)	2.891.707
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(487)	(89.854)	(90.341)	(90.341)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(49.833)	(593.027)	-	-	-	-	(751.538)	(751.538)
Realização da reserva para reinvestimento e reserva legal para absorção dos prejuízos acumulados	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	642.860	-
Aumento de capital por exercício de opções	25	845	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	845
Adiantamento para futuro aumento de Capital	25	-	182.610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.610
Custo de emissão de novas ações	25	-	-	-	(12.757)	-	-	-	-	-	-	-	(12.757)
Opção de compra de ações	25	-	-	-	-	-	-	24.875	-	-	-	-	24.875
Recuperação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.490)	-	-	-	(39.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.316.500	182.610	31.076	29.187	(145.279)	-	-	68.602	(51.377)	-	(79.268)	(146.140)	2.205.911
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.686	-	10.686
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,512,915)	(1,512,915)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	25	-	579	-	-	-	-	-	-	-	-	-	579
Aumento de capital em 13 agosto de 2012	25	183.189	(183.189)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de compra de ações e ações restritas	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações de ações	25	-	-	1.124	-	-	-	10.653	-	16.213	-	-	10.653
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	577	577
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.499.689	-	32.200	29.187	(145.279)	-	-	79.255	(35.164)	-	(68.582)	(1.658.478)	732.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)		Controladora (BRGAAP)	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011	
Prejuízo líquido do exercício	(1.512.915)	(751.538)	(1.512.915)	(751.538)	-	-	63.343	(27.591)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:								
Depreciações e amortizações	89	89	519.631	395.807	-	-	(42.512)	22.254
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	5.662	23.483	3.314	2.155	(64.717)	6.653
Provisão para processos judiciais	-	-	16.996	6.218	-	-	12.565	(95.413)
Provisão para contratos onerosos	-	-	-	15.393	2.867	2.996	(54.462)	22.841
Provisão (reversão) para obsolescência de estoque	-	-	(609)	1.196	(107.134)	(38.946)	512.149	(168.706)
Impostos diferidos	493	(22.000)	(78.460)	(254.671)	(117.960)	(100.768)	(374.798)	(428.023)
Equivalência patrimonial	1.333.033	518.274	-	-	(3.474)	(1.433)	(4.058)	(5.791)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	84.820	118.122	279.541	400.095	(228.568)	(141.147)	133.293	(602.520)
Juros sobre empréstimos	107.324	112.197	268.415	414.430	-	-	-	-
Resultados não realizados de hedge líquido de impostos	-	(487)	(4.733)	19.469	-	-	-	(33.885)
Provisão para devolução de aeronaves	-	-	-	96.136	-	-	-	(74.594)
Provisão de reestruturação	-	-	36.978	-	(115.821)	(110.427)	(454.242)	(279.826)
Outras provisões	-	25.072	-	(30.460)	-	-	(20.772)	(80.863)
Programa de milhagem	-	-	202.498	79.057	(116.085)	(110.427)	(590.443)	(469.168)
Baixa do imobilizado e intangível	-	-	56.825	10.173	-	-	-	-
Redução ao valor recuperável	-	-	82.872	23.353	-	-	-	-
Deságio sobre a compra da Webjet	-	-	-	(88.428)	-	-	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:								
Aplicações financeiras utilizadas para negociação	(106.528)	(75.166)	424.039	(1.011.534)	-	-	-	-
Estoque	-	-	13.593	22.406	-	-	-	-
Depósitos	(6.483)	(484)	18.198	144.456	-	-	312.401	628.187
Despesas antecipadas e impostos a recuperar	(176)	(85)	106.215	(12.406)	(44.252)	(50.866)	(334.698)	(391.054)
Outros ativos	(17.317)	2.892	(27.295)	16.831	-	-	-	-
Fornecedores	(6.307)	4.142	65.622	131.971	-	-	50.866	-
Transportes a executar	-	-	78.447	125.112	-	-	-	-
Obrigações com operações de derivativos	-	-	(37.756)	(42.314)	-	-	-	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais								
Juros pagos	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda pago	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais								
Atividades de investimentos								
Aquisição de controlada, líquido de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(33.885)
Caixa restrito	(264)	-	-	-	-	-	-	(74.594)
Imobilizado	(115.821)	(110.427)	-	-	-	-	-	(454.242)
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(20.772)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos								
Captações de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e leasings	(44.252)	-	-	-	-	-	-	312.401
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(334.698)
Créditos com empresas ligadas	385.749	137.109	-	-	-	-	-	(50.866)
Alienação de ações em tesouraria	17.337	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	579	183.455	-	-	-	-	-	183.455
Custo de emissão de ações	-	(15.175)	-	-	-	-	-	(15.175)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento								
Variação cambial do caixa de subsidiárias no exterior								
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício								
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)		Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Recargas								
Transporte de passageiros, cargas e outras recargas de passageiros	-	--	8.516.492	7.872.687	-			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A diferença entre o valor presente e o valor total das contraprestações vincendas é apropriada no resultado como despesa financeira. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo. As aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro que possuem opção de compra ao final do contrato são depreciadas linearmente pela vida útil econômica estimada do bem até seu valor residual de 20%, estimado com base nos preços de mercado. Para as demais aeronaves, quando não existe uma razoável certeza de que a Companhia irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual, a depreciação considera o menor prazo entre a vida útil econômica remanescente estimada e o prazo do contrato de arrendamento. Os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional e são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato. • **Sale-leaseback:** Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de venda de ativos de classe ou construção e inclusão em operações são reconhecidos da seguinte forma: i. Impossuindo no resultado quando a transação foi mensurada ao preço de venda justo; ii. Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o período que se espera que o ativo seja utilizado); iii. Caso o preço de venda seja superior ao valor justo do bem, o valor excedente é diferido e amortizado durante o período esperado que o ativo seja utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos. Se a transação de *sale-leaseback* resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento. A Companhia não possui operações de *sale-leaseback* que resultaram em arrendamento mercantil financeiro. **h) Despesas antecipadas:** Representam pagamentos antecipados cujos benefícios à Companhia ocorrerão em momento posterior à data do balanço, obedecendo aos critérios de segregação entre curto e longo prazo. **i) Investimentos:** Os investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos no resultado como receita ou despesa operacional, com base nas demonstrações financeiras das controladas avaliadas na mesma data, por meio de práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia. O saldo de investimento inclui o montante elaborado pelo método de equivalência patrimonial, o saldo de mais valia de ativos e o ágio, que nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentados de acordo com sua natureza. **j) Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotáveis*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem: i. Cada unidade de imobilização no momento da aquisição ou construção, bem como as peças sobresselvas adquiridas separadamente, são registrados como ativo fixo e geralmente depreciados em linha com a frota a qual estão relacionadas. Os adiantamentos para aquisição de aeronaves referem-se a pré-pagamentos efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation*. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada ou pelo prazo contratual, dos dois o menor, quando não existe opção de compra ao término do arrendamento. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado está demonstrada na nota explicativa nº 17. A Companhia segue o CPC 27 e o IAS 16 - "Imobilizado", e realiza a capitalização de gastos com grandes manutenções de motores. Tal prática estabelece que os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) devem ser capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Os gastos reconhecidos diretamente no resultado referem-se a custos de manutenção de outros componentes de aeronaves ou, ainda, de manutenção de motores que não prolongam a vida útil dos mesmos. Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção, incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves, são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave. O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperado. **k) Ativos intangíveis:** São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado. **l. Ágio por expectativa de rentabilidade futura:** O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa, a controlada operacional VRG. A Administração exerce julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas e com os planos operacionais. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data. **m. Direitos de operações em aeroportos:** Foram adquiridos na compra da VRG e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada desses direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data. **III. Marca:** A marca originada pela aquisição da VRG, denominada "A Companhia", é avaliada pelo método de custo de aquisição e é considerada indefinida e, portanto, esse ativo não é amortizado. O valor contábil das marcas é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou quando ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. **IV. Software:** Os custos de aquisição ou desenvolvimento de software de computadores que possam ser separados de um item de hardware são capitalizados separadamente e amortizados por um período não excedente a 5 anos em base linear. O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Não há redução ao valor recuperável até a presente data. **l) Depósitos: i. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores:** Referem-se a pagamentos em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as renegociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos, líquida das utilizações para manutenção é reconhecida como despesa no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos e acredita que os valores refletidos no balanço são recuperáveis, podendo ser reembolsados à Companhia e suas controladas ao término dos contratos. Alguns contratos estabelecem que os depósitos existentes, em excesso aos custos de manutenção não são reembolsáveis. Tais excessos ocorrem quando os valores anteriormente utilizados para manutenção forem menores que os valores depositados. Os excessos detidos pelo arrendador na data de expiração do contrato, os quais não são considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia também refere-se basicamente a gastos relacionados com reconhecimentos de provisões (internas e externas), obtenção de licenças e custos financeiros em outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamentos de suas controladas VRG e Webjet. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção. **ii. Depósitos de garantia e cauções de contratos de arrendamento:** São representados por montantes depositados em parcelas mensais do arrendamento mercantil oferecidos a favor dos arrendadores, conforme estabelecido no início dos contratos de arrendamento. Os depósitos e cauções são denominados em dólares norte-americanos, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento. **m) Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente na data em que as operações ocorrem. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variação cambial" na demonstração de resultado do exercício. **n) Contabilização de hedge:** A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos das variações do preço de combustíveis, da taxa de moeda estrangeira e das taxas de juros. Os derivativos podem ser ou não designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados em *hedge* de valor justo ou em *hedge* de fluxo de caixa. Para ser classificado como *hedge accounting*, o instrumento derivativo deve ter uma relação efetiva de proteção na compensação das mudanças de valor justo ou do fluxo de caixa do item objeto de *hedge*. No início da relação do *hedge*, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos, bem como se a operação será designada para *hedge accounting* e, portanto, as mudanças no valor justo do instrumento de *hedge*, incluindo as de *hedge* e em seu item objeto são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*. **ii. Hedge de fluxo de caixa:** A parte efetiva das mudanças no valor justo destes instrumentos é reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulada na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido. Ganhos ou perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. No momento em que o item protegido afeta o resultado, os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou (iii) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido naquela data permanecem no patrimônio, e são reconhecidos quando a transação prevista for contemplada no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumuladas e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. **o) Remuneração baseada em ações:** A mensuração do valor justo das transações com empregados liquidadas com instrumentos patrimoniais da GLAI na data da outorga da opção e da ação restrita utiliza o método de precificação *Black-Scholes*. Esse valor justo é registrado pelo método acierado de acordo com CPC 10 (R1) - "Pagamento Baseado em Ações", como despesa no resultado do exercício durante o prazo que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com referência ao Patrimônio Líquido. Ao final de cada período de avaliação, a Administração revisa suas estimativas e, se a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, e caso ocorra algum impacto em relação às estimativas originais o efeito é reconhecido prospectivamente nos resultados dos exercícios remanescentes, de tal forma que a despesa acumulada reflita a melhor estimativa (revisada) com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Remuneração Baseada em Ações" que registrou o benefício aos empregados. **p) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la. Sempre que a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão pela passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro. As provisões para devolução de aeronaves e motores obedecem critérios distintos em relação ao momento em que tais despesas são reconhecidas no resultado. **i. Provisão para devolução de aeronaves:** As aeronaves classificadas sob a modalidade de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que tratam-se de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes custos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconhecimentos de provisões (internas e externas), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de "outros equipamentos de voo" do ativo imobilizado (vide nota 17). Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente e o passivo atualizado de acordo com a taxa de desconto. **ii. Provisão para devolução de motores:** As provisões para devolução de motores são estimadas com base nas condições mínimas contratuais que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. **iii. Contratos onerosos:** Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para liquidar as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos esperados ao longo do período contratual. Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Essas provisões referem-se a perda com contratos de arrendamentos mercantis operacionais de aeronaves fora de operação, e correspondem ao saldo líquido entre o valor presente das parcelas dos arrendamentos e a receita esperada na utilização dessas aeronaves (por meio de operação ou subarrendamentos), quando aplicável. As premissas utilizadas são estimativas da Administração e a liquidação dessas transações poderá resultar em valores diferentes dos registrados. **iv. Provisão para reestruturação:** A reestruturação é um programa planejado e controlado pela Administração e que afeta materialmente a maneira de como a atividade da companhia é conduzida. Durante esse processo, os custos necessários para o encerramento são mensurados e uma provisão é reconhecida pelo montante suficiente para cobrir as obrigações decorrentes do processo. **Ativos mantidos para venda:** São ativos que podem recuperar seu valor contábil por meio de transação de venda altamente provável, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. São mensurados com base no menor valor entre o valor justo e o valor contábil, deduzidos dos custos de venda. Não são depreciados ou amortizados, e, uma vez classificados nesta categoria, devem ser transacionados em até um ano. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº11. **s) Programa de milhagem:** O "Programa Smiles" tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada a valor justo, com base no preço estimado que a Companhia pagaria a terceiros para assumir as obrigações pertencentes ao Programa Smiles. A geração de receita é essencialmente realizada pela venda de milhas a estabelecimentos comerciais, instituições financeiras ou participantes do Programa Smiles. De acordo com o IFRIC 13 - *Customer Loyalty Programmes*, o valor justo da contraprestação recebida em relação à venda inicial é alocado ao Programa de milhagem Smiles e a diferença é reconhecida na rubrica de "outras receitas". As receitas alocadas às milhas do programa Smiles são reconhecidas no resultado no momento em que os produtos são entregues ou quando os serviços são prestados. O valor justo dos créditos de milhas, líquido de estimativa da não utilização de milhas (*breakage*) é atualizado semestralmente e é determinado pela média ponderada de acordo com: i. O valor médio cobrado por assento pela venda VRG às Companhias aéreas parceiras do programa Smiles, dividido pela quantidade de milhas necessárias para emissão de um bilhete e; ii. O valor médio da venda de milhas para as Companhias aéreas parceiras do programa de fidelidade Smiles. A política da Companhia é cancelar as milhas não utilizadas em um prazo de 3 anos e 11 meses. O valor estimado dos créditos de milhagem a serem cancelados é reconhecido e a Companhia calcula a estimativa de milhas não utilizadas com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico, e tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa. **t) Informações por segmento:** O CPC 22 e IFRS 8 - "Informações por segmento" requer que essas operações sejam identificadas com base em relatórios internos que são regularmente revisados pela Administração com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance individualmente. As operações por segmento da Companhia têm origem em suas controladas VRG e Webjet, pela prestação de serviços de transporte aéreo na América do Sul e Caribe. A Administração efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, cujos arrendamentos são pagos no Brasil. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, do programa de milhagem Smiles, das vendas a prazo, de excessos de bagagem e de multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados a serviços de transporte aéreo. Com base na administração de seus negócios e decisões de alocação de recursos, a Companhia possui apenas um segmento operacional para fins de demonstração financeira. As informações por segmento primárias da Companhia compreendem a receita líquida por segmento geográfico conforme descrito na nota explicativa nº 27. **u) Imposto de renda e contribuição social: l. Corrente:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apurado na demonstração do resultado, pois inclui os efeitos do Regime Tributário de Transição ("RTT"), as receitas ou despesas tributáveis em outros exercícios, e itens não tributáveis ou não dedutíveis (de forma permanente). A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada controlada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda corrente relacionado aos itens registrados diretamente no patrimônio líquido é registrado também no patrimônio líquido, e não no resultado do exercício. **ii. Diferido:** São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O valor contábil é revisado a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal. O imposto de renda diferido ativo não reconhecido é reavaliado a cada data do balanço e reconhecido até a extensão em que o lucro tributável futuro permita que o imposto de renda diferido possa ser recuperável. Impostos de renda ativos e passivos diferidos são determinados, considerando as alíquotas e as leis fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço e que se espera sejam aplicadas quando o respectivo ativo for realizado ou o passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são compensados se houver o direito legal e a intenção de compensação quando da anulação dos tributos correntes, em função de uma legislação relacionada com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **v) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas:** O processo de elaboração destas demonstrações financeiras requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo período em que a premissas são revistas em uma base prospectiva. As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo: **i. Deterioração de ativos não financeiros:** A Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos não financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa são determinados pelo cálculo de seu valor em uso, que se baseia em premissas de fluxo de caixa descontado. **ii. Imposto de Renda:** A Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis, mas reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui provisões que envolvem considerável julgamento da Administração, que são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais podem diferir das estimativas. **iii. Ativo Imobilizado e Intangível:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil do imobilizado e intangível a fim de determinar se há alguma indicação de perda ou redução ao valor recuperável. Caso houver tal indicação, o montante recuperável é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda. **iv. Breakage:** Como parte do processo de reconhecimento de receita, as passagens emitidas que não serão utilizadas e as milhas emitidas que não serão resgatadas são estimadas e reconhecidas como receita no momento da venda e emissão, respectivamente. Essas estimativas, referidas como *breakage*, são revisadas anualmente e são baseadas em dados históricos de passagens vendidas e milhas expiradas. **v. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Tem a finalidade de evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pela receita (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos atribuídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos,

e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **x) Combinações de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos foram avaliados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. **y) Normas e interpretações novas e revisadas em 2012:** i. Novas normas, interpretações e revisões emitidas e adotadas em 2012:

Pronunciamento	Descrição	Emissão	Aplicável
Alteração ao IAS 12	Tributos sobre o lucro	Dez/2010	Jan/2012
ii. Normas novas, alterações e interpretações emitidas em 2012 e aplicáveis em exercícios futuros:			
Pronunciamento	Descrição		Aplicável
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros		1º de janeiro de 2013
IFRS 9	Instrumentos Financeiros		1º de janeiro de 2015
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas		1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Contratos de Participação		1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades		1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo		1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente		1º de julho de 2012
Modificações à IFRS 9 e IFRS 7	Divulgações - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição		1º de janeiro de 2015
Modificações às IFRS 10, 11 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição		1º de janeiro de 2015
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados		1º de janeiro de 2013
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas		1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures"		1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros		1º de janeiro de 2014
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície		1º de janeiro de 2013

• As modificações à IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período. A Administração da Companhia não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito significativo sobre as divulgações de suas demonstrações financeiras. • A IFRS 9, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. A Administração da Companhia não espera que a IFRS 9 tenha um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros. • Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordo de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011). As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir: i. A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. ii. A IFRS 11 substitui a IAS 31 - Participações em "Joint Ventures". A IFRS 11 aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado. A SIC 13 - "Joint Ventures" - Contribuições Não Monetárias de Investidores foi retirada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou "joint ventures", conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. iii. A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordo de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. Essas cinco normas são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração não espera que a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011) tenham efeito relevantes em suas Demonstrações Financeiras de períodos futuros. • A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. A IFRS 13 é aplicável a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia espera que a IFRS 13 resulte em divulgações mais abrangentes em suas Demonstrações Financeiras. • As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (i) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (ii) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. As modificações à IAS 1 são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A apresentação dos itens de outro resultado abrangente será modificada apropriadamente à medida que as modificações são adotadas nos períodos contábeis futuros. • As modificações à IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa, exceto em determinadas circunstâncias. A Companhia não possui operações que possam ser impactadas pelas modificações à IAS 19. • A IFRIC 20 esclarece as exigências para contabilização dos custos de remoção de resíduos na mineração de superfície, incluindo a época em que tais custos devem ser reconhecidos como ativo e a forma como esse ativo deve ser inicialmente reconhecido e posteriormente avaliado. A Companhia não possui operações que possam ser impactadas pela IFRIC 20. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. O CFC e o CPC assinaram o compromisso de emitir novas normas assim que emitidas pelo IASB e revisar e atualizar todos os documentos emitidos, a fim de manter as práticas contábeis brasileiras totalmente em conformidade com as normas internacionais para fins de elaboração e de apresentação das demonstrações financeiras individuais das empresas brasileiras (com a exceção comentada até que legalmente seja possível a convergência completa ou até que exista mudança por parte do IASB). A Companhia pode aplicar uma nova IFRS, ainda não obrigatória, somente quando essa IFRS permitir sua aplicação antecipada, porém condicionada à aprovação de pronunciamento correlacionado pelo CPC e, quando aplicável, condicionada à aprovação prévia pelo órgão regulador a que a empresa esteja subordinada, quando esse órgão requerer a adoção das IFRSs para as entidades reguladas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários	182.175	13.406	408.387	157.452
Equivalentes de caixa	64.970	218.979	367.164	1.072.835
	247.145	232.385	775.551	1.230.287

Em 31 de dezembro de 2012, os equivalentes de caixa eram representados por títulos privados (CDBs - Certificados de Depósito Bancário), títulos públicos e fundos de renda fixa, remunerados a taxas pós-fixadas que variam entre 90,0% e 102,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada da seguinte:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Títulos privados	-	218.979	115.891	284.911
Títulos públicos	-	-	166.760	787.605
Fundos de investimento	64.970	-	84.513	319
	64.970	218.979	367.164	1.072.835

4. Aplicações financeiras

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Títulos privados	-	-	178.184	12.071
Títulos públicos	-	-	220.778	124.400
Fundos de investimento	176.413	69.885	186.066	872.597
	176.413	69.885	585.028	1.009.068

Os títulos privados são compostos por CDBs ("Certificados de Depósito Bancário"), com vencimentos até setembro de 2013 e liquidez imediata, remunerados à taxa média ponderada de 99,47% da taxa CDI. Os títulos públicos são compostos por LTN ("Letra do Tesouro Nacional") e NTN ("Notas do Tesouro Nacional"), com remuneração média variável dos últimos doze meses de 8,47% ao ano. Os fundos de investimentos estão representados basicamente, pelos títulos públicos LTN e por CDBs.

5. Caixa Restrito

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Depósito de margem de operações de <i>hedge</i> (a)	50.749	82.996
Depósito de margem de garantia vinculado ao empréstimo do BNDES (b)	-	8.591
Depósitos em garantia de carta fiança (Safra) (c)	72.092	8.471
Depósito em garantia - compra da Webjet	-	8.554
Depósito em garantia - Bc Banco	10.040	-
Depósito em garantia de operações de futuro (d)	89.038	-
Outros depósitos vinculados	2.605	483
	224.524	109.095

Circulante 7 8.554
 224.517 100.541
 (*) Depósito em dólar norte-americano, remunerado à taxa *libor* (remuneração média de 0,75% ao ano). (b) Depósito de margem aplicado em função do e remunerados a taxa média ponderada de 101,5% do CDI. (c) O valor da garantia está vinculado ao empréstimo da Webjet. (d) Depósito em garantia de operações de futuro aplicado em LTN (remuneração média de 10,35%).

6. Contas a receber

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Administradoras de cartões de crédito	92.621	100.214
Agências de viagens	171.314	185.544
Vendas parceladas	37.882	47.189
Agências de cargas	35.897	37.460
Companhias aéreas parceiras	17.443	17.031
Outros	13.396	35.077
	388.553	422.515

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Administradoras de cartões de crédito	12.669	9.228
Agências de viagens	5.285	6.833
Agências de cargas		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

8. Impostos diferidos e a recuperar

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos a recuperar:				
Ativo				
ICMS (1).....	-	-	24.147	13.222
Antecipações e IRPJ e CSSL a recuperar (2).....	42.221	37.784	67.070	77.679
IRRF (3).....	986	1.922	30.361	16.584
PIS e COFINS (4).....	-	-	1.850	56.391
Retenção de impostos de órgãos públicos.....	-	-	1.182	26.791
Imposto de valor agregado recuperável - IVA (5).....	-	-	4.744	4.242
Imposto de renda sobre importações.....	248	275	13.579	17.740
Outros.....	-	-	428	2.655
Total dos impostos a recuperar	43.455	39.981	147.761	212.998
Circulante.....	6.693	39.981	110.999	212.998
Não circulante.....	36.762	-	36.762	-

(1) ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços. (2) IRPJ: imposto de renda brasileiro, federal, cobrado sobre o lucro líquido tributável. CSSL: contribuição social sobre o lucro líquido tributável, criado para financiar programas e fundos sociais. (3) IRRF: retenção do imposto de renda aplicável sobre os rendimentos financeiros resultantes de investimentos bancários. (4) PIS/COFINS: Contribuições para Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (5) IVA: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços do exterior.

	GLAI		VRG		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos diferidos						
Prejuízos fiscais.....	32.758	33.121	394.045	394.046	426.804	427.167
Base negativa de contribuição social.....	11.793	11.923	141.857	141.857	153.650	153.780
Diferenças temporárias:						
Programa de milhagem.....	-	-	166.332	97.483	166.332	97.483
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos.....	-	-	69.784	62.317	69.784	62.317
Provisão para perda aquisição da VRG.....	-	-	143.350	143.350	143.350	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais.....	-	-	36.765	36.765	36.765	36.765
Devolução de aeronaves.....	-	-	46.812	22.089	46.812	22.089
Operações com derivativos não liquidados.....	-	-	42.007	36.852	42.007	36.852
Efeitos de aquisição da Webjet.....	-	-	-	7.086	-	7.086
Marcas.....	-	-	(2.158)	(2.157)	(2.158)	(2.157)
Direitos de voo.....	-	-	(353.226)	(353.226)	(353.226)	(353.226)
Depósitos de manutenção.....	-	-	(110.327)	(101.630)	(110.327)	(101.630)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves.....	-	-	(159.697)	(140.677)	(159.697)	(140.677)
Estorno da amortização do ágio.....	-	-	(102.128)	(76.596)	(102.128)	(76.596)
Operações de leasing de aeronaves.....	-	-	(12.876)	(26.902)	(12.876)	(26.902)
Outros.....	93	93	51.407	36.404	51.499	36.497
Total do imposto diferido e contribuição social diferidos - não circulante	44.644	45.137	351.947	278.147	396.591	323.284

A Companhia e sua controlada direta VRG e indireta Webjet têm prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (GLAI)		Controlada direta (VRG)		Controlada indireta (Webjet)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo fiscal.....	252.340	258.268	2.343.996	1.576.185	510.320	311.082
Base negativa de contribuição social.....	252.340	258.268	2.343.996	1.576.185	510.320	311.082

Em 31 de dezembro de 2012, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram avaliados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Tais projeções refletem as mudanças no cenário econômico, mudanças mercadológicas e as decorrentes de decisões da Administração, contemplando as seguintes premissas: i. O cenário de longo prazo apresenta uma continuação da estratégia adotada em 2012 de racionalização da oferta doméstica. Com base nessa estratégia pode-se observar um crescimento na taxa de ocupação das aeronaves alinhado a uma estabilização do yield. ii. A Gol continua com o plano de crescimento das receitas auxiliares, o que pode ser verificado no ano de 2012, como por exemplo, a venda do assento especial e o crescimento do BOB (venda a bordo). iii. E relação aos custos, a principal mudança foi o novo patamar de despesa de pessoal alcançado em 2012. As despesas que ocorreram durante o ano, e transformaram a base da projeção mais eficiente, trazendo um efeito importante na manutenção dos custos gerenciáveis. iv. As projeções contemplaram a chegada das novas aeronaves Boeing 737-MAX, anunciada em 2012. A partir de 2018 os novos aviões contribuirão para que a companhia fique ainda mais eficiente no consumo de combustível. As estimativas de recuperação do ativo fiscal diferido foram baseadas nas projeções dos lucros tributários levando em consideração as premissas acima, além de diversas premissas financeiras, de negócios e fatores internos e externos, consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas podem estar sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções. A Companhia e suas controladas possuem o montante total de créditos fiscais de R\$ 1.056.263, dos quais R\$ 85.796 são da controladora GLAI e R\$ 970.467 são das controladas operacionais VRG e Webjet. As projeções da Controladora GLAI e da Controlada indireta Webjet não apresentaram lucros tributáveis suficientes para serem realizados nos próximos 10 anos e, como resultado, registrou uma provisão para perda dos créditos tributários não realizáveis de R\$ 41.245 para a GLAI e R\$ 173.508 para a Webjet. Já para a controlada VRG, tais projeções indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização da totalidade dos créditos fiscais diferidos reconhecidos em até 10 anos. Entretanto, devido aos prejuízos fiscais apresentados nos últimos anos, a Administração realizou uma análise de sensibilidade sobre as projeções de resultado e, considerando alterações significativas no cenário macroeconômico, registrou o reconhecimento dos ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa pelo menor valor apurado obtido nesta análise. Como resultado, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perda de R\$ 261.056 da controlada VRG. A expectativa de realização anual dos créditos fiscais é como segue:

	Controladora (GLAI)		Controlada (VRG)	
	2012	2011	2012	2011
2013.....	-	-	3.127	123.642
2014.....	-	-	4.244	133.492
2015.....	-	-	4.715	144.930
2016.....	-	-	32.465	394.894
2017 em diante.....	-	-	44.551	796.959

Adicionalmente, a Administração da Companhia continua focada em ações mais efetivas de redução dos custos operacionais e elevação dos patamares de receita além da busca de melhorias na qualidade dos serviços prestados com a implantação de ações direcionadas para a melhoria no atendimento ao cliente, atingimento de elevados índices de pontualidade, simplificação e busca de sinergia em seus processos operacionais. Todas estas ações reforçam o compromisso da Companhia em alcançar níveis sustentáveis de lucros futuros e ratificam a realização do ativo fiscal diferido.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social.....	(1.507.743)	(772.105)	(1.584.822)	(1.000.418)
Alíquota fiscal combinada.....	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada.....	512.632	262.516	538.839	340.141
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial.....	(453.231)	(176.213)	-	-
Resultado das subsidiárias integrais.....	(26.898)	(37.969)	(27.325)	(37.972)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes.....	(3.812)	(5.093)	(14.093)	20.117
Despesas não dedutíveis.....	(366)	(2.817)	(50.922)	(39.878)
Varição cambial sobre investimentos no exterior.....	(34.953)	(44.275)	(47.252)	(48.396)
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias.....	1.456	24.418	(327.340)	14.868
Crédito de imposto de renda e contribuição social.....	(5.172)	20.567	71.907	248.880
Imposto de renda e contribuição social corrente.....	(4.679)	(1.433)	(6.553)	(5.791)
Imposto de renda e contribuição social diferido.....	(493)	22.000	78.460	254.671
	(5.172)	20.567	71.907	248.880

9. Despesas antecipadas

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Perdas diferidas de transações de Sale leaseback de aeronaves.....	-	-	44.829	54.201
Pagamentos de prêmios de hedge.....	-	-	11.572	30.382
Pré-pagamentos de arrendamentos.....	-	-	15.291	17.705
Pré-pagamentos de seguros.....	312	136	17.705	22.775
Pré-pagamentos de comissões.....	-	-	14.605	13.020
Outros.....	-	-	5.354	6.811
	312	136	97.784	138.761
Circulante.....	312	136	62.328	93.797
Não circulante.....	-	-	35.456	44.964

Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a Companhia apurou perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de nove aeronaves no montante de R\$ 89.337. Estas perdas foram diferidas e estão sendo amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Maiores informações relacionadas às transações de *sale-leaseback* estão descritas na nota explicativa nº 29b.

10. Depósitos

Controladora: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios as que estão relacionados, e são corrigidos pela taxa SELIC. Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012, registrado no ativo não circulante totalizavam R\$ 18.548 (R\$ 12.065 em 31 de dezembro de 2011). **Consolidado Depósitos de manutenção:** A Companhia e suas controladas VRG e Webjet efetuaram depósitos em dólar para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil. Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia e suas controladas, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia e suas controladas detêm o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente. Em 31 de dezembro de 2012, os depósitos de manutenção são apresentados pelo seu valor realizável líquido, cujo saldo classificado no ativo circulante e não circulante era de R\$ 2.575 e R\$ 324.492, respectivamente (R\$ 35.082 e R\$ 323.062 no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2011, respectivamente). **Depósitos de garantia de contratos de arrendamento:** Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia e suas controladas realizam depósitos em garantia, em dólar, em empresas de arrendamento, cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos em garantia dos contratos de arrendamento, classificados no ativo não circulante é de R\$ 173.313 (R\$ 96.983 em 31 de dezembro de 2011). **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos tributários, cíveis e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios as que estão relacionados, e são corrigidos pela taxa SELIC. Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012, registrado no ativo não circulante e apresentados pelo seu valor realizável líquido totalizavam R\$ 156.816 (R\$ 175.472 em 31 de dezembro de 2011).

11. Reestruturação das operações da Webjet

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia deu início ao processo de encerramento das atividades da Webjet e a consequente descontinuidade da marca. O processo de reestruturação tem como objetivo a otimização da estrutura organizacional das Companhias e unificação de suas operações, reduzindo custos e propiciando o aproveitamento de sinergias. Os efeitos decorrentes destas ações estão descritos a seguir. A primeira medida tomada para a descontinuidade das atividades foi a extinção das operações de voo. A Webjet detém um modelo de operação com base em uma frota composta majoritariamente por aviões modelo Boeing 737-300, de idade média elevada, alto consumo de combustível e defasagem tecnológica. Sobre esta frota, estima-se a devolução total das 18 aeronaves até o final do primeiro semestre de 2013. Como consequência do encerramento das operações, a Webjet apresentou custos decorrentes do processo de reestruturação que foram registrados com base na estimativa apurada pela Companhia. Essa estimativa envolveu custo com desligamento de colaboradores, redução ao valor recuperável de ativos, provisões para devolução de aeronaves e motores e penalidades contratuais.

O efeito total relacionado a perdas de ativos e reconhecimento de obrigações originadas pelo processo de reestruturação é como segue:

	31/12/2012
Provisão para perda em estoques (i).....	5.348
Imobilizado e equipamentos de voo (i).....	25.766
Reserva de manutenção e cauções para aeronaves e motores (ii).....	56.202
Provisão para devolução de aeronaves e motores (iii).....	11.235
Penalidades contratuais (iv).....	8.826
Desligamento de colaboradores (v).....	16.917
Custo da reestruturação.....	124.294
i. Provisão para perda em estoques e imobilizado e equipamentos de voo: representado por peças e componentes exclusivos para a frota Boeing 737-300. ii. Reserva de manutenção e cauções para aeronaves e motores: representada a estimativa de perda de valores pagos aos lessores e que, devido ao término antecipado dos contratos de arrendamento, não poderão ser reembolsados à Companhia. iii. Devolução de aeronaves e motores: representada pelo custo adicional que será incorrido em função da devolução antecipada das aeronaves e motores pertencentes à frota; iv. Penalidades contratuais: representadas pelo valor estimado dos pagamentos que a Companhia terá que realizar junto aos lessores devido ao término antecipado dos contratos de arrendamento mercantil; v. Desligamento de colaboradores: representa os custos estimados que a Companhia terá devido à descontinuidade da utilização da frota Boeing 737-300 e consequente desligamento da tripulação. Essa estimativa envolveu custo com desligamento de colaboradores, redução ao valor recuperável de ativos, provisões para devolução de aeronaves e motores e penalidades contratuais.	

O efeito total relacionado a perdas de ativos e reconhecimento de obrigações originadas pelo processo de reestruturação é como segue:

	31/12/2012
Veículos.....	12.253
Motores.....	11.473
Provisão de redução ao valor recuperável.....	(15.552)
	8.174

12. Transações com partes relacionadas

Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante - Controladora: A Companhia, por meio da GAC e da Finance mantêm mútuos, ativos e passivos, com a VRG, sem previsão de juros, vencimento, avais e garantias, conforme quadro abaixo:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
GLAI com VRG.....	50.887	48.514	-	-
GAC com VRG (a).....	-	71.280	493.918	222.725
Finance com VRG (a).....	483.375	474.023	-	-
	534.262	593.817	493.918	222.725

(a) os valores que a Companhia mantém com a GAC e Finance, controladas no exterior, são atualizados por variação cambial. **Serviços gráficos, de transportes e de consultoria:** A controlada VRG mantém contrato com a empresa Breda Transportes e Serviços S.A. para prestação de serviços de transportes e de consultoria, e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, com vencimento em 31 de maio de 2013. Os preços podem ser reajustados a cada 12 meses por igual período mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes e com correção anual com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas). A controlada VRG manteve contratos com as empresas ligadas Expresso União Ltda. e Serviços Gráficos Ltda., para a prestação de serviços de transporte de colaboradores e serviços gráficos, com vigência até 16 de setembro de 2012 e 18 de julho de 2012, respectivamente. Após o término da vigência, estes contratos não foram renovados. A controlada VRG mantém, também contratos para a exploração de franquias Gollog em Passos/MG, pela empresa ligada União Transporte de Comendadas e Comércio de Veículos Ltda., com vigência até 29 de dezembro de 2015. A controlada VRG mantém ainda contratos com a empresa ligada Vauc Participações S.A. para prestação de serviços de administração e gestão executiva, com vigência até 01 de outubro de 2014. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a VRG reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$ 10.636 (R\$ 11.101 em 31 de dezembro de 2011). As entidades mencionadas acima pertencem ao mesmo grupo econômico da Companhia. **Locação de imóvel:** A VRG era locatária do imóvel situado à Rua Tamoios, 246, em São Paulo - SP, pertencente à

Patrimony Administradora de Bens controlada pela Comporte Participações S.A., empresa que pertence ao mesmo acionista da Companhia. O contrato teve término em agosto de 2012, e não houve renovação até a presente data. **Contratos de Abertura de Conta UATP (Universal Air Transportation Plan) com Concessão de Limite de Crédito:** Em setembro de 2011, a controlada VRG firmou contratos com as partes relacionadas Passaro Azul Taxi Aéreo Ltda. e Viação Piracicabana Ltda., ambos em vigor por prazo indeterminado, com a finalidade de emitir créditos de R\$ 20 e R\$ 40, respectivamente, para utilização no sistema UATP (Universal Air Transportation Plan). A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes. **Contrato de financiamento de manutenção de motores:** A VRG possui uma linha de financiamento de manutenção de motores cuja captação ocorre através da emissão de Guaranteed Notes ("Notas Garantidas"). As séries, emitidas em 29 de junho de 2012 e 27 de setembro de 2012 respectivamente, terão vencimento em 29 de junho de 2014 e 27 de setembro de 2014 e visam prover o suporte aos serviços de manutenção de motores (vide maiores detalhes na nota explicativa 17). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os gastos com manutenção de motores realizados junto a oficina da Delta Air Lines foram de R\$ 86.577. **Contas a pagar - passivo circulante:** Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a pagar às empresas ligadas no valor de R\$ 1.019 (R\$ 1.198 em 31 de dezembro de 2011) está incluso no saldo de fornecedores e refere-se substancialmente ao pagamento à Breda Transportes e Serviços S.A. sobre os serviços de transporte terrestre de passageiros. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:**

	31/12/2012	31/12/2011
Salários e benefícios.....	13.534	15.260
Encargos sociais.....	5.234	5.569
Remuneração baseada em ações.....	8.306	17.760
Total.....	27.074	38.589

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

13. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Ações Restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos e fortalecer o comprometimento e produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo. Os planos atuam para atrair e reter administradores-chave e talentos estratégicos, vinculando parte significativa de seu patrimônio ao valor da Companhia. **Plano de Opção de Compra de Ações:** O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de compra de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas até 2009, as opções se tornam exercíveis à taxa de 20% ao ano e podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em função de alterações promovidas no Plano de Opção de Compra de ações da Companhia aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, nos planos outorgados a partir de 2010 as opções se tornam exercíveis à taxa de 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes planos também poderão ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes. A volatilidade esperada das opções baseia-se na volatilidade histórica de 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas em bolsa. As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes estão relacionadas a seguir:

Plano de Opção de Compra de Ações								
Ano da opção	Data da reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Preço de exercício da opção	Valor justo médio da opção na data da concessão	Volatilidade estimada do preço da ação	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Duração da opção (em anos)
2005	09/12/2004	87.418	33,06	29,22	32,52%	0,84%	17,23%	10
2006	02/01/2006	99.816	47,30	51,68	39,87%	0,93%	18,00%	10
2007	31/12/2006	113.379	65,85	46,61	46,54%	0,98%	13,19%	10
2008	20/12/2007	190.296	45,46	29,27	40,95%	0,86%	11,18%	10
2009 (a)	04/02/2009	1.142.473	10,52	8,53	76,91%	-	12,66%	10
2010 (b)	02/02/2010	2.774.640	20,65	16,81	77,			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(a) As adições representam fundamentalmente: (i) o total de custos estimados a incorrer relativos a benfeitorias realizadas em aeronaves cuja reconfiguração ocorrerá no momento da devolução; (ii) custos capitalizados relativos a grandes manutenções em motores. (b) Inclui a provisão referente ao processo de reestruturação da Webjet no valor de R\$25.766. Para detalhes vide nota explicativa nº 11.

	Direitos de operação em aeroportos				Total
	Ágio	Marcas	Software	Software	
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	542.302	63.109	560.842	100.924	1.267.177
Adições provenientes da aquisição da Webjet.....	-	-	-	209	209
Adições.....	-	-	-	73.598	73.598
Baixas.....	-	-	-	(8.936)	(8.936)
Amortizações.....	-	-	-	(26.149)	(26.149)
Valor justo decorrente da aquisição da Webjet.....	-	-	478.058	-	478.058
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	542.302	63.109	1.038.900	139.646	1.783.957
Adições.....	-	-	-	20.772	20.772
Baixas.....	-	-	-	(544)	(544)
Amortizações.....	-	-	-	(47.494)	(47.494)
Perdas por redução ao valor recuperável.....	-	(56.761)	-	-	(56.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	542.302	6.348	1.038.900	112.380	1.699.930

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reavaliou o valor da marca Varig considerando as novas perspectivas relacionadas ao uso e, consequentemente, benefício econômico gerado pela utilização da marca no futuro. Como resultado, foi reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 56.761.

19. Empréstimos e financiamentos

	Vencimento	Taxa de juros efetiva a.a.		Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante							
Moeda nacional:							
Debêntures IV.....	Set, 2015	11,09%	-	-	596.451	595.160	-
Debêntures V.....	Jun, 2017	10,64%	-	-	494.505	493.284	-
BNDES - Repasse Safra.....	Out, 2014	11,46%	-	-	29.888	29.956	-
Santander.....	-	-	-	40.676	-	40.676	-
Citibank.....	Jun, 2013	7,19%	-	-	14.013	19.401	-
BNDES (direto).....	Jul, 2017	10,72%	-	-	3.140	8.372	-
BDMG.....	Mar, 2018	10,71%	-	-	6.401	3.600	-
Indústria CDB.....	-	-	-	-	-	1.250	-
Banco IBM.....	Set, 2017	12,94%	-	-	6.663	-	-
Capital de giro.....	Mar, 2013	16,08%	-	-	191.841	-	-
Juros.....	-	-	-	-	13.991	23.421	-
					1.356.893	1.215.120	-
					40.676	-	-
Moeda estrangeira (em US\$):							
J.P. Morgan.....	Set, 2014	1,09%	-	-	73.609	-	-
Capital de giro.....	-	-	-	-	-	95.894	-
IFC.....	Jan, 2013	5,84%	-	-	17.007	31.264	-
FINIMP.....	Nov, 2013	3,66%	-	-	24.179	3.127	-
Aeroturbinas.....	-	-	-	-	-	4.579	-
Juros.....	-	-	-	-	41.980	38.799	40.285
					41.980	38.799	155.080
					41.980	79.475	1.511.973
					-	-	1.390.685
					-	-	207.652
					41.980	79.475	1.719.625
					-	-	1.552.440
Arrendamento financeiro							
	Out, 2023	5,55%	-	-	-	-	-
Total circulante					41.980	79.475	1.719.625
							1.552.440
Não circulante							
Moeda nacional:							
Debêntures IV.....	Set, 2015	11,09%	-	-	-	-	-
Debêntures V.....	Jun, 2017	10,64%	-	-	-	-	-
Safra.....	Dez, 2015	3,34%	-	-	-	-	-
BNDES - Repasse Safra.....	Out, 2014	11,46%	-	-	131.188	196.000	-
BDMG.....	Mar, 2018	10,71%	-	-	13.938	42.837	-
BNDES - (Direto).....	Jul, 2017	10,72%	-	-	20.134	25.851	-
Banco IBM.....	Mar, 2017	12,94%	-	-	11.098	-	-
Banco IBM.....	Mar, 2017	12,94%	-	-	20.484	-	-
					-	-	196.842
					-	-	264.688
Moeda estrangeira (em US\$):							
J.P.Morgan.....	Set, 2014	1,09%	-	-	33.656	-	-
Bônus sênior I.....	Abr, 2017	7,70%	459.788	421.669	429.135	393.532	-
Bônus sênior II.....	Jul, 2020	9,65%	601.242	550.471	601.242	550.471	-
Bônus perpétuos.....	-	8,75%	408.699	375.160	365.787	335.768	-
					1.469.729	1.347.300	1.429.820
					1.469.729	1.347.300	1.626.662
					-	-	1.844.888
					1.469.729	1.347.300	3.471.550
					1.511.709	1.426.775	5.191.175
					-	-	4.991.448
Arrendamento financeiro	Out, 2023	5,55%	-	-	-	-	-
Total não circulante					1.511.709	1.426.775	5.191.175
							4.991.448

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	Controladora		Total
	Após 2016	Sem Vencimento	
Moeda estrangeira (em dólares norte-americanos):			
Bônus sênior I.....	459.788	-	459.788
Bônus sênior II.....	601.242	-	601.242
Bônus perpétuos.....	-	408.699	408.699
Total.....	1.061.030	408.699	1.469.729
Moeda nacional:			
Empréstimo BNDES.....	3.097	3.097	11.098
BNDES - Repasse Safra.....	13.938	-	13.938
Safra.....	65.114	66.074	131.188
BMG.....	4.710	4.710	20.138
IBM.....	5.459	5.604	20.483
Debêntures.....	-	-	-
Total.....	92.572	79.411	134.111

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	Controladora		Total
	Após 2016	Sem Vencimento	
Moeda estrangeira (em dólares norte-americanos):			
JP Morgan.....	33.656	-	33.656
Bônus sênior I.....	-	429.135	429.135
Bônus sênior II.....	-	601.242	601.242
Bônus perpétuos.....	-	-	365.787
Total.....	33.656	1.030.377	1.429.820
Moeda nacional:			
Total.....	126.228	79.411	134.111

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012, são conforme segue:

	Controladora		Total
	Contábil	Mercado (a)	
Bônus sênior I (e II).....	1.061.030	975.208	1.030.377
Bônus perpétuos.....	408.699	256.627	365.787

20. Provisões contratuais

(a) Os valores em mercado dos Bônus sênior e Bônus perpétuos são obtidos através das cotações de mercado dos instrumentos. **a) Condições contratuais** restritivas da VRG possui cláusulas restritivas ("covenants") em seus contratos de financiamento com as seguintes instituições financeiras: IFC, Bradesco e Banco do Brasil (Debêntures IV e V). Os financiamentos de longo prazo (exceto bônus perpétuos e financiamentos de aeronaves) no valor total de R\$ 4.196 em 31 de dezembro de 2012 possuem cláusulas e restrições usuais, incluindo, porém não limitadas àquelas que obrigam a Companhia manter a liquidez definida da dívida e da cobertura de despesas com taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos junto ao IFC e as Debêntures IV e V possuem as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 4,0, (ii) o ativo circulante/passivo circulante de pelo menos 1,5, (iii) dívida líquida/EBITDA abaixo de 3,5 e (iv) índice de cobertura da dívida (CID) de pelo menos 1,3. Segundo as medições da Companhia, as cláusulas restritivas foram: (i) dívida líquida/EBITDAR de 32,3, (ii) ativo circulante/passivo circulante de 0,5, (iii) dívida líquida/EBITDA (10,2) e (iv) índice de cobertura da dívida (CID) de 2,0, principalmente devido ao EBITDA acumulado negativo. Dessa forma, a Companhia não atendeu os níveis mínimos para cláusulas de EBITDA e EBITDAR. No entanto, obtivemos waivers para os financiamentos, conforme descrito abaixo: • Debêntures IV e V: Também em virtude do prejuízo operacional auferido no período, a Companhia não atingiu os parâmetros mínimos estabelecidos das Debêntures IV e V junto às instituições financeiras Bradesco e Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2012. Em 1º de fevereiro de 2013, obteve um waiver para 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013. A Companhia reclassificou o saldo de longo prazo das Debêntures IV e V para o curto prazo no valor R\$ 1.091, visando atender a normas contábeis brasileira e internacional estabelecidas no CPC 26 (R1) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 1 - "Presentation of Financial Statements"; • IFC: Em virtude do prejuízo auferido neste período, porém mantendo um consentimento específico (waiver) que desobriga a Companhia em incorrer com o pagamento antecipado deste financiamento durante o exercício de 2012. Por consequência, a VRG não realizou o pagamento do vencimento de R\$ 15 milhões em 2013, seis meses antes de seu vencimento inicial previsto para julho de 2013. **b) Empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2012: BNDES Repasse - Banco Safra:** Em 31 de março de 2010, a VRG contratou com o Banco Safra uma linha de crédito no valor total de R\$ 44.436 com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), programa indireto de repasse "Finame Moderniza BK". Os recursos serão destinados à modernização de turbinas em oficinas nacionais especializadas. O empréstimo tem prazo de 48 meses com seis meses de carência e o principal será amortizado mensalmente. O pagamento mensal juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,50% a.a.. Em 26 de maio de 2010, foi liberado para a VRG junto ao Banco Safra o montante de R\$ 23.000 cujo valor é referente à segunda parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em maio de 2014, o contrato prevê 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a.. Em 27 de setembro de 2010, foi liberada para a VRG junto ao Banco Safra R\$ 33.705 cujo valor é referente à terceira parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em outubro de 2014, o contrato prevê 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente atrelado a 1% da composição da carteira de recebíveis. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2012 o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 29.888 e R\$ 13.938, respectivamente (R\$ 29.956 e R\$ 42.837 em 31 de dezembro de 2011). **Citibank:** Em dezembro de 2009, a Webjet contratou com o Citibank um empréstimo de longo prazo com prazo de 60 meses com carência de 12 meses e principal objetivo de quitar o financiamento em dólar que a Companhia obteve com a "Tribeca Aviation Partners" referente à aquisição de aeronaves. O contrato tem o juros calculado no 11,33% a.a.. O empréstimo tem como garantia uma fiança bancária no valor de R\$ 26.550. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo registrado no passivo circulante era de R\$ 14.013 (R\$ 19.401 em 31 de dezembro de 2011). **BNDES (Direto):** Em 27 de junho de 2012, a Companhia por meio de sua controlada VRG obteve uma nova linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no montante de R\$ 18.570. Nesta mesma data o montante captado foi de R\$ 15.486. Os recursos têm como finalidade o financiamento da ampliação do Centro de Manutenção de Aeronaves ("CMA") concluído em 2010. O empréstimo possui prazo de 60 meses vencendo 15 de julho de 2017, com amortização e pagamento de juros mensal. A taxa de juros é calculada com base na TJLP acrescido de 1,40% a.a.. Como garantia para essa operação houve a colocação de uma fiança bancária no valor de R\$ 18.570. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 3.140 e R\$ 11.098, respectivamente. **BDMG:** Em 29 de março de 2010, a VRG realizou a captação junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no valor de R\$ 20.000 para financiamento da expansão do Centro de Manutenção de Confinos e construção da Oficina de Freios em Lagoa Santa. O empréstimo tem um prazo total de 8 anos, carência de 36 meses e juros calculados com base no IPCA acrescido de 6% a.a.. O empréstimo será amortizado mensalmente no período de 60 meses a partir de abril de 2013. O financiamento tem como garantia a alienação fiduciária de motores. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 6.663 e R\$ 20.134, respectivamente (R\$ 3.600 e R\$ 25.851 registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2011). **Banco IBM:** A Companhia, por meio de sua controlada VRG, firmou em 2012 dois empréstimos junto ao Banco IBM S.A. a fim de financiar a aquisição de máquinas e prestação de serviços de tecnologia da informação. A primeira captação ocorreu em 23 de março, no montante de R\$ 15.031 em moeda nacional sem custos de captação, com prazo de 60 meses e vencimento em 26 de março de 2017. A taxa de juros é calculada com base no CDI acrescido de 2,42% a.a., e a taxa efetiva é de 12,17% a.a.. A segunda captação ocorreu em 10 de setembro, no montante de R\$ 12.482 em moeda nacional líquido dos custos de captação. O empréstimo tem prazo de 60 meses, com vencimento em 10 de setembro de 2017. A taxa de juros é calculada com base no CDI acrescido de 2,85% a.a., a taxa efetiva é de 13,31% a.a.. Ambos terão amortização semestral do principal e dos juros. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 6.663 e R\$ 20.484, respectivamente. **Capital de giro:** Em 15 de março de 2012, a Companhia liquidou o empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira, captado em 21 de março de 2011, no montante de R\$ 85.000 (US\$ 51,121), com taxa efetiva de 3,42%, e captou uma nova linha de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Itaú em moeda nacional no montante de R\$ 85.000, sem custos de captação, com taxa efetiva de 12,34% a.a. e com vencimento em março de 2013. O saldo registrado no passivo circulante referente a esta operação em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 96.136. Em 28 de setembro de 2012, a Webjet captou uma nova linha de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Industrial e Comercial S.A. ("Bicbanc"), no montante de R\$ 30.000, líquido dos custos de captação, com taxa efetiva de 15,15% a.a. e vencimento em janeiro de 2013. Em dezembro de 2011, a controlada indireta Webjet possuía o contrato de empréstimo com taxa variável não circulante em IFC ("International Finance Corporation") no valor de R\$ 108.000 e (US\$ 50.000). O prazo de 36 meses e principal objetivo de quitar o financiamento em dólar que a Companhia obteve com a "Tribeca Aviation Partners" referente à aquisição de aeronaves. O contrato tem o juros calculado no 11,33% a.a.. O empréstimo tem como garantia uma fiança bancária no valor de R\$ 26.550. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo registrado no passivo circulante era de R\$ 14.013 (R\$ 19.401 em 31 de dezembro de 2011). **BNDES (Direto):** Em 27 de junho de 2012, a Companhia por meio de sua controlada VRG obteve uma nova linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no montante de R\$ 18.570. Nesta mesma data o montante captado foi de R\$ 15.486. Os recursos têm como finalidade o financiamento da ampliação do Centro de Manutenção de Aeronaves ("CMA") concluído em 2010. O empréstimo possui prazo de 60 meses vencendo 15 de julho de 2017, com amortização e pagamento de juros mensal. A taxa de juros é calculada com base na TJLP acrescido de 1,40% a.a.. Como garantia para essa operação houve a colocação de uma fiança bancária no valor de R\$ 18.570. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 3.140 e R\$ 11.098, respectivamente. **BDMG:** Em 29 de março de 2010, a VRG realizou a captação junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no valor de R\$ 20.000 para financiamento da expansão do Centro de Manutenção de Confinos e construção da Oficina de Freios em Lagoa Santa. O empréstimo tem um prazo total de 8 anos, carência de 36 meses e juros calculados com base no IPCA acrescido de 6% a.a.. O empréstimo será amortizado mensalmente no período de 60 meses a partir de abril de 2013. O financiamento tem como garantia a alienação fiduciária de motores. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 6.663 e R\$ 20.134, respectivamente (R\$ 3.600 e R\$ 25.851 registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2011). **Banco IBM:** A Companhia, por meio de sua controlada VRG, firmou em 2012 dois empréstimos junto ao Banco IBM S.A. a fim de financiar a aquisição de máquinas e prestação de serviços de tecnologia da informação. A primeira captação ocorreu em 23 de março, no montante de R\$ 15.031 em moeda nacional sem custos de captação, com prazo de 60 meses e vencimento em 26 de março de 2017. A taxa de juros é calculada com base no CDI acrescido de 2,42% a.a., e a taxa efetiva é de 12,17% a.a.. A segunda captação ocorreu em 10 de setembro, no montante de R\$ 12.482 em moeda nacional líquido dos custos de captação. O empréstimo tem prazo de 60 meses, com vencimento em 10 de setembro de 2017. A taxa de juros é calculada com base no CDI acrescido de 2,85% a.a., a taxa efetiva é de 13,31% a.a.. Ambos terão amortização semestral do principal e dos juros. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 6.663 e R\$ 20.484, respectivamente. **Capital de giro:** Em 15 de março de 2012, a Companhia liquidou o empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira, captado em 21 de março de 2011, no montante de R\$ 85.000 (US\$ 51,121), com taxa efetiva de 3,42%, e captou uma nova linha de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Itaú em moeda nacional no montante de R\$ 85.000, sem custos de captação, com taxa efetiva de 12,34% a.a. e com vencimento em março de 2013. O saldo registrado no passivo circulante referente a esta operação em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 96.136. Em 28 de setembro de 2012, a Webjet captou uma nova linha de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Industrial e Comercial S.A. ("Bicbanc"), no montante de R\$ 30.000, líquido dos custos de captação, com taxa efetiva de 15,15% a.a. e vencimento em janeiro de 2013. Em dezembro de 2011, a controlada indireta Webjet possuía o contrato de empréstimo com taxa variável não circulante em IFC ("International Finance Corporation") no valor de R\$ 108.000 e (US\$ 50.000). O prazo de 36 meses e principal objetivo de quitar o financiamento em dólar que a Companhia obteve com a "Tribeca Aviation Partners" referente à aquisição de aeronaves. O contrato tem o juros calculado no 11,33% a.a.. O empréstimo tem como garantia uma fiança bancária no valor de R\$ 26.550. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo registrado no passivo circulante era de R\$ 14.013 (R\$ 19.401 em 31 de dezembro de 2011). **BNDES (Direto):** Em 27 de junho de 2012, a Companhia por meio de sua controlada VRG obteve uma nova linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no montante de R\$ 18.570. Nesta mesma data o montante captado foi de R\$ 15.486. Os recursos têm como finalidade o financiamento da ampliação do Centro de Manutenção de Aeronaves ("CMA") concluído em 2010. O empréstimo possui prazo de 60 meses vencendo 15 de julho de 2017, com amortização e pagamento de juros mensal. A taxa de juros é calculada com base na TJLP acrescido de 1,40% a.a.. Como garantia para essa operação houve a colocação de uma fiança bancária no valor de R\$ 18.570. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 3.140 e R\$ 11.098, respectivamente. **BDMG:** Em 29 de março de 2010, a VRG realizou a captação junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no valor de R\$ 20.000 para financiamento da expansão do Centro de Manutenção de Confinos e construção da Oficina de Freios em Lagoa Santa. O empréstimo tem um prazo total de 8 anos, carência de 36 meses e juros calculados com base no IPCA acrescido de 6% a.a.. O empréstimo será amortizado mensalmente no período de 60 meses a partir de abril de 2013. O financiamento tem como garantia a alienação fiduciária de motores. Em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 6.663 e R\$ 20.134, respectivamente (R\$ 3.600 e R\$ 25.851 registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2011). **Banco IBM:** A Companhia, por meio de sua controlada VRG, firmou em 2012 dois empréstimos junto ao Banco IBM S.A. a fim de financiar a aquisição de máquinas e prestação de serviços de tecnologia da informação. A primeira captação ocorreu em 23 de março, no montante de R\$ 15.031 em moeda nacional sem custos de captação, com prazo de 60 meses e vencimento em 26 de março de 2017. A taxa de juros é calculada com base no CDI acrescido de 2,42% a.a., e a taxa efetiva é de 12,17% a.a.. A segunda captação ocorreu em 10 de setembro, no montante de R\$ 12.482 em moeda nacional líquido dos custos de captação. O empréstimo tem prazo de 60 meses, com vencimento em 10 de setembro de 2017. A taxa de juros é calculada com base no CDI acrescido de 2,85% a.a., a taxa efetiva é de 13,31% a.a.. Ambos terão amortização semestral do principal e dos juros. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$ 6.663 e R\$ 20.484, respectivamente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

26. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Controladora (BRGAAP)			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Total	%	Total	%
Com pessoal (a)	(12.816)	(58,2)	(27.137)	157,6
Prestação de serviços	(1.539)	(7,0)	(7.807)	45,3
Depreciação e amortização	(89)	(0,4)	(89)	0,5
Outras despesas	(363)	(1,7)	(3.927)	22,8
Ganhos com operações de sale leaseback	36.802	167,3	21.738	(126,2)
	21.995	100,0	(17.222)	100,0

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, bem como plano de remuneração baseado em ações na controladora.

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)				
	31/12/2012		31/12/2011		
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais (despesas),	Total
Com Pessoal	(1.312.565)	(85.743)	(171.362)	-	(1.569.670)
Combustíveis e Lubrificantes	(3.742.219)	-	-	-	(3.742.219)
Arrendamento de Aeronaves	(644.031)	-	-	-	(644.031)
Seguro de Aeronaves	(26.875)	-	-	-	(26.875)
Material de Manutenção e Reparo	(417.990)	-	-	-	(417.990)
Prestação de Serviços	(294.444)	(63.528)	(170.765)	-	(528.737)
Comerciais e Publicidade	-	(426.582)	-	-	(426.582)
Tarifas de Pousa e Decolagem	(559.421)	-	-	-	(559.421)
Depreciação e Amortização	(446.588)	-	(73.043)	-	(519.631)
Outras receitas (despesas) líquidas	(457.488)	(54.734)	(41.835)	(19.959)	(574.016)
	(7.901.621)	(630.587)	(457.005)	(19.959)	(9.009.172)

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)				
	31/12/2012		31/12/2011		
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais (despesas),	Total
Com Pessoal	(1.312.444)	(90.436)	(157.556)	-	(1.560.436)
Combustíveis e Lubrificantes	(3.060.665)	-	-	-	(3.060.665)
Arrendamento de Aeronaves	(505.058)	-	-	-	(505.058)
Seguro de Aeronaves	(31.921)	-	-	-	(31.921)
Material de Manutenção e Reparo	(434.181)	-	-	-	(434.181)
Prestação de Serviços	(240.931)	(76.187)	(167.524)	-	(484.642)
Comerciais e Publicidade	-	(422.696)	-	-	(422.696)
Tarifas de Pousa e Decolagem	(395.249)	-	-	-	(395.249)
Depreciação e Amortização	(332.236)	-	(63.571)	-	(395.807)
Outras despesas (receitas) líquidas	(333.370)	(88.701)	(181.252)	21.738	(581.585)
Deságio na aquisição de controlada	-	-	-	88.428	88.428
	(6.646.055)	(678.020)	(569.903)	110.166	(7.783.812)

27. Receita de vendas

a) receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Transporte de passageiros	7.409.984	6.947.195
Transportes de cargas e outras	1.106.508	925.492
Receita bruta	8.516.492	7.872.687
Impostos incidentes	(412.933)	(333.379)
Receita líquida	8.103.559	7.539.308

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas. A receita por segmento geográfico é como segue:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	31/12/2012	%	31/12/2011
Doméstico	7.535.068	93,0	7.000.001
Internacional	568.491	7,0	539.307
Receita líquida	8.103.559	100,0	7.539.308

28. Resultado Financeiro

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira				
Ganhos com instrumentos derivativos	-	-	227.980	264.143
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	21.529	14.590	99.287	147.508
Variações monetárias	1.982	4.031	13.231	15.919
Juros ativos	-	-	8.871	36.257
Outros	16.918	13.901	20.845	13.697
	40.429	32.522	370.214	477.524
Despesas Financeiras				
Perdas com instrumentos derivativos	-	-	(177.644)	(316.568)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(133.046)	(112.197)	(453.731)	(414.430)
Comissões e despesas bancárias	(5.144)	(6.080)	(37.665)	(24.648)
Variações monetárias	-	-	(9.085)	(8.687)
Outros	(2.635)	(28.701)	(86.727)	(70.208)
	(140.825)	(146.978)	(764.852)	(834.541)
	(96.309)	(122.153)	(284.571)	(398.897)
	(196.705)	(236.609)	(679.209)	(755.914)
Variação cambial líquida				
Total				

29. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 155 pedidos firmes com a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$ 32.462.490 (correspondendo a US\$ 15.885.730 na data do balanço) e estão segregados conforme os períodos abaixo:

	31/12/2012
2013	2.690.803
2014	2.740.256
2015	2.722.067
2016	2.821.653
2017	1.640.785
2018	448.242
2019	3.429.708
2020	3.508.638
2021	3.591.247
2022	3.681.212
2023 em diante	5.187.879
	32.462.490

Em 31 de dezembro de 2012, dos compromissos mencionados acima, a Companhia possui o montante de R\$ 4.046.547 (correspondendo a US\$ 1.980.205 na data do balanço), a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, que deverão ser desembolsados conforme os períodos abaixo:

	31/12/2012
2013	283.693
2014	389.047
2015	444.320
2016	146.706
2017	171.725
2018	455.171
2019	493.121
2020	504.892
2021	442.023
2022	236.804
2023 em diante	478.445
	4.046.547

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Ex-Im Bank dos Estados Unidos ("Exim") corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%. A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor. A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros, exceto por 6 aeronaves próprias da controlada indireta Webjet. Em 31 de dezembro de 2012, a frota total arrendada era composta de 141 aeronaves (sendo 128 da VRG e 13 da Webjet), dentre as quais 96 eram arrendamentos mercantis operacionais e 45 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 39 aeronaves financeiras que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu quatro aeronaves com base em contrato de arrendamento mercantil operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou quatro devoluções de aeronaves. **a) Arrendamentos mercantis operacionais:** Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacional não canceláveis são denominados em dólares norte-americanos e estão demonstradas como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	594.976
2013	720.708	517.326
2014	520.677	341.486
2015	358.766	205.631
2016	292.357	157.231
2017	1.141.234	452.831
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	3.033.742	2.269.481

b) Transações com sale-leaseback: Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía os montantes de R\$ 7.564 e R\$ 8.367, respectivamente, na rubrica de outras obrigações do passivo circulante e não circulante (R\$ 7.564 e R\$ 15.931 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ganhos com transações de sale-leaseback realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc., em 2006, de oito aeronaves 737-800 Next Generation. Esses ganhos foram diferidos e estão sendo amortizados proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis operacionais pelo prazo contratual de 124 meses. Nesta mesma data, possuía na rubrica de despesas antecipadas no ativo circulante e não circulante os montantes de R\$ 9.373 e R\$ 35.456, respectivamente (R\$ 9.373 e R\$ 44.828 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a perdas com transações de sale-leaseback realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de nove aeronaves. Durante os anos de 2007, 2008 e 2009 estas perdas foram diferidas e estão sendo amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou ganho de R\$ 36.802, reconhecido diretamente no resultado do exercício, tendo em vista que a apuração de ganhos e perdas com sale-leaseback não se compensavam ao longo do contrato de arrendamento mercantil.

30. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que partes desses instrumentos financeiros são derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados com a finalidade de proteção (*hedge*) dos riscos inerentes à operação. A Companhia e suas controladas consideram como riscos mais relevantes o preço de combustível, a taxa de câmbio e a taxa de juros. Estes riscos são mitigados através da utilização de derivativos do tipo swaps, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros. As contratações podem ser realizadas por meio dos fundos exclusivos de investimento, conforme descrito na Política de Gestão de Riscos da Companhia. A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Riscos e tem uma diretriz formal, em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (CPR) e submetidas ao Conselho de Administração. O Comitê de Políticas estabelece as diretrizes e limites, e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de cobrir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos. Os valores justos de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são determinados por meio de informações disponíveis no mercado e conforme metodologias de avaliação. A maioria dos instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção contra os riscos de combustíveis possui cenários com baixa probabilidade de ocorrência e, portanto, têm custos mais baixos em comparação com outros instrumentos cuja probabilidade de ocorrência é maior. Por consequência, apesar da alta correlação entre o objeto protegido e os instrumentos financeiros derivativos contratados, uma significativa parte das operações apresenta resultados inefetivos para fins de *hedge* accounting no momento de sua liquidação, e estão apresentados nas tabelas a decorrer desta nota explicativa. As descrições dos saldos contábeis consolidados e as categorias dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados ao custo amortizado (a)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	775.551	1.230.287	-	-
Aplicações financeiras (c)	585.028	1.009.068	-	-
Caixa restrito	224.524	109.095	-	-
Direitos com operações de derivativos (b)	10.696	4.213	-	-
Contas a receber	-	-	325.665	354.134
Depósitos	-	-	500.379	455.127
Outros créditos	-	-	74.360	53.546
Prêmios de <i>hedge</i> - despesa antecipada	-	11.572	-	-
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	5.191.175	4.991.448
Fornecedores	-	-	480.185	414.563
Obrigações com operações de derivativos (b)	56.752	115.432	-	-

(a) Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpetuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº 17. (b) A Companhia mantém registrado em 31 de dezembro de 2012 o montante líquido de impostos de R\$ 68.582 (R\$ 79.268 em 31 de dezembro de 2011) no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial em contrapartida destes ativos e passivos. (c) A Companhia gerencia suas aplicações financeiras como mantidas para negociação para suprir suas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda. **Riscos:** As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos seguintes riscos financeiros: de mercado (em especial, preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia visa mitigar potenciais efeitos adversos de operações que podem afetar o seu desempenho financeiro. As decisões da Companhia e suas controladas sobre a parcela de exposição a ser protegida contra riscos financeiros, tanto para consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos de proteção para a totalidade de sua exposição, estando, portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A parcela da exposição a ser protegida é determinada e revista, no mínimo, trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas no Comitê de Políticas de Riscos. As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir: **a) Risco do preço de combustível:** Em 31 de dezembro de 2012, os gastos com combustível representaram 42% dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas. O preço do combustível de aeronave varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com as variações no preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar o risco de preço de combustível, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e, eventualmente, aos seus derivados; também são contratadas, diretamente com o fornecedor local, entregas futuras do combustível de aeronave a preços pré-determinados. **b) Risco de taxa de câmbio:** O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas estão expostos. A exposição dos liens patrimoniais da Companhia e suas controladas ao risco de moeda estrangeira decorre principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira. As receitas da Companhia e suas controladas são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares. Pesos argentinos, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios, Bolivares da Venezuela entre outros. Para mitigar o risco de taxa de câmbio, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos referenciados ao dólar norte-americano. A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão demonstradas a seguir:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo				
Caixa e aplicações financeiras	181.941	38.458	371.360	237.668
Depósitos	-	-	556.582	455.127
Prêmios de <i>hedge</i> - despesa antecipada	-	-	-	11.572
Despesa antecipada com arrendamentos	-	-	15.291	30.382
Créditos com empresas relacionadas	534.262	593.817	-	-
Outros	-	-	4.384	6.588
Total do ativo	716.203	632.275	947.617	741.337
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	-	-	23.876	32.270
Empréstimos e financiamentos	1.511.709	1.386.099	1.584.897	1.455.336
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	2.052.540	1.996.752
Outros arrendamentos mercantis a pagar	-	-	35.845	59.552
Provisão para devolução de aeronaves	-	-	312.411	181.044
Obrigações com empresas relacionadas	493.918	222.725	-	-
Outras obrigações em dólar	-	-	-	7.616
Total do passivo	2.005.628	1.608.824	4.009.569	3.732.570
Exposição cambial em R\$	1.289.425	976.549	3.061.552	2.991.233
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional	4.046.547	1.991.402	4.046.547	1.991.402
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	32.462.490	15.780.007	32.462.490	15.780.007
Total	36.509.037	17.771.409	36.509.037	17.771.409
Total da exposição cambial R\$	37.798.462	18.747.958	39.570.988	20.762.642
Total da exposição cambial US\$	18.496.923	9.994.647	19.361.478	11.068.686
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2,0435	1,8758	2,0435	1,8758

c) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia e de suas controladas estão expostos às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e Libor, respectivamente. A maior exposição está nas operações de arrendamento mercantil, indexadas pela Libor e nas dívidas locais. Para mitigar o risco de taxa de juros, a Companhia e suas controladas contratam derivativos do tipo swap. **d) Risco de crédito:** O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia e suas controladas, principalmente representado nas rubricas de: conta a receber e caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos bancários. O risco de crédito do "contas a receber" é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da Companhia e suas controladas, e também por contas a receber das agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, ficando uma pequena parcela exposta a risco de pessoas físicas ou demais entidades. Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia e suas controladas tem, como obrigação, avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os ativos financeiros são realizados com contrapartes que possuem rating mínimo de "investment grade" na avaliação de agências S&P ou Moodys. Os instrumentos financeiros derivativos são, na maioria, contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros (BMS&FBOVESPA e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito; as operações de derivativos contratadas em mercado de balcão (OTC) tem contrapartes com rating mínimo de "investment grade". A Política de Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas estabelece também um limite máximo de 20% por contraparte para as aplicações financeiras. **e) Risco de liquidez:** Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia e suas controladas estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento. Em 31 de dezembro de 2012, o prazo médio ponderado dos ativos financeiros da Companhia era de 15 dias e das dívidas financeiras, excluindo o bônus perpétuo, era de 4,1 anos. **f) Gerenciamento de capital:** A tabela abaixo demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio total	732.828	2.205.911
Caixa e equivalentes de caixa	(775	



Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

CNPJ nº 06.164.253/0001-87

www.voegol.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

II) Fator de risco câmbio: Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detém contratos de derivativo de dólar no valor nocional de US\$ 368.250 com vencimentos em janeiro e fevereiro de 2013, e uma exposição cambial passiva líquida de US\$ 1.498.383. Nesta data, adotamos a taxa de câmbio de fechamento de R\$ 2,0435/US\$ como cenário provável, e apuramos o impacto decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

Instrumento	Valores		-50%		-25%		+25%		+50%	
	Expostos	R\$ 1,0218/USD	R\$ 1,5326/USD	R\$ 1,5326/USD	R\$ 2,5544/USD	R\$ 2,5544/USD	R\$ 3,0653/USD	R\$ 3,0653/USD	R\$ 3,0653/USD	R\$ 3,0653/USD
Passivo, líquido.....	(3.061.946)	1.530.973	765.487	(765.487)	(1.530.973)					
Derivativo.....	-	(378.126)	(189.063)	189.063	378.126					
	(3.061.946)	1.152.847	576.423	(576.423)	(1.152.847)					

III) Fator de risco juros: Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detém ativos e passivos indexados à taxa overnight CDI Cetip, passivos financeiros com juros Libor e TJLP, empréstimos indexados ao IPCA e posição em derivativos de juros LIBOR. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto sobre os juros trimestrais dos valores expostos em 31 de dezembro de 2012, proveniente de oscilações nas taxas de juros conforme os cenários demonstrados a seguir:

Instrumento	Risco	Valores Expostos	Cenário Provável	Cenário	
				Possível	Adverso Remoto
				25%	50%
Aplicações - Empréstimos Financeiros	Aumento da taxa CDI	(329.550)	-	(2.289)	(4.579)
Derivativo.....	Queda da taxa Libor	(54.749)	-	(22.770)	(45.540)
Empréstimos e Arrendamentos Financeiros	Aumento da taxa Libor	(355.529)	-	(720)	(1.441)
Empréstimos.....	Aumento da TJLP	(72.076)	-	(371)	(743)
Empréstimos.....	Aumento do IPCA	(26.535)	-	(76)	(151)

Controladora:

I) Fator de risco câmbio: Em 31 de dezembro de 2012, a Controladora possui uma exposição cambial passiva líquida de US\$ 630.988.

Instrumento	Risco	Valores Expostos		Cenário	
		Provável	Cenário Possível	Adverso Remoto	Cenário
			25%	50%	
Passivo, líquido.....	Valorização do dólar	(1.289.425)	-	(322.356)	(644.713)
		Dólar	2,0435	2,554375	3,06525

IFRS: Além da análise de sensibilidade de acordo com os padrões acima descritos, é realizada também a análise do impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da Companhia e suas controladas e sobre o seu patrimônio líquido considerando: • Aumento e queda de 10 pontos percentuais no preço do combustível, mantendo-se constantes todas as demais variáveis; • Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constantes todas as demais variáveis; • Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de juros Libor, mantendo-se constante todas as demais variáveis; A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários relevantes aos riscos acima citados e em aberto. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o risco é valorizado em 10%. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com base nos cenários acima descritos:

Aumento/(redução) no preço de combustível (porcentagem)	Posição em 31 de dezembro de 2012		Posição em 31 de dezembro de 2011	
	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(368)	(217)	(295)	(186)
(10)	368	240	295	181
Câmbio - Dólar:	Posição em 31 de dezembro de 2012		Posição em 31 de dezembro de 2011	
Valorização/(desvalorização) em dólar US/R\$ (taxa porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(479)	(316)	(386)	(255)
(10)	479	316	386	255
Taxa de Juros - Libor:	Posição em 31 de dezembro de 2012		Posição em 31 de dezembro de 2011	
Aumento/(redução) no preço de combustível (porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(1)	5	(0,5)	9
(10)	1	(5)	0,5	(9)

DIRETORIA

Paulo Sérgio Kakinoff Diretor-Presidente
Adalberto Cambaúva Bogsan Diretor Vice-Presidente Técnico
Edmar Prado Lopes Neto Diretor Executivo Financeiro e de RI, CFO
Valdenise dos Santos Menezes Contadora - CRC 1RJ061865/O-7™/SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Constantino de Oliveira Júnior Presidente do Conselho	Edward H. Bastian Conselheiro
Henrique Constantino Vice-Presidente do Conselho	Álvaro de Souza Conselheiro
Joaquim Constantino Neto Conselheiro	Luiz Kaufmann Conselheiro
Ricardo Constantino Conselheiro	Antonio Kandir Conselheiro
Richard F. Lark Jr. Conselheiro	

COMITÊ DE AUDITORIA

Álvaro Antonio Cardoso de Souza Conselheiro
Antônio Kandir Conselheiro
Luiz Kaufmann Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting*

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros: Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo: a) Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos; b) Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e c) Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2012.

Instrumento Financeiro

Instrumento Financeiro	Valor Contábil 31/12/2012	Outros Fatores Observáveis Significativos (Nível 2)
Caixa e equivalentes de Caixa	775.551	775.551
Aplicações financeiras.....	585.028	585.028
Caixa restrito	224.524	224.524
Obrigações com operações de derivativos	56.752	56.752
Direitos com operações de derivativos.....	10.696	10.696

31. Transações que não afetaram o caixa

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia aumentou o seu imobilizado no montante de R\$ 104.679, e apresentou dividendos prescritos de R\$ 577, transações estas que não afetaram seu caixa no exercício.

32. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade Aeronáutico

	Em reais	Em dólar
Garantia - Casco/Guerra	173.647	85.000
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	1.532.175	750.000
Estoques (base e trânsito).....	286.006	140.000

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar, eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente a partir de 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida.

33. Eventos Subsequentes

a. A partir de 01 de janeiro de 2013, a Smiles S.A. passou a operar as atividades relacionadas ao programa de relacionamento "Smiles", até 31 de dezembro de 2012 conduzidas pela VRG. A sociedade criada tem por objeto social no âmbito do programa de fidelização de clientes ("programa") realizar essencialmente: (i) o desenvolvimento e o gerenciamento do programa; e (ii) a comercialização de direitos de resgate de prêmios. Essa mudança em nossa estrutura irá alterar os nosso segmentos reportáveis que serão segregados entre "Transporte de passageiros" e "Programa de Relacionamento - Smiles" a partir do primeiro trimestre de 2013. b. Em 1º de fevereiro de 2013, a Companhia obteve a autorização a não declaração do vencimento antecipado e/ou aplicação de qualquer penalidade sobre o descumprimento de suas cláusulas contratuais restritivas. Esta desobrigação da Companhia foi deliberada em Assembleia Geral de Debenturistas das quarta e quinta emissões de debêntures. Em decorrência desta autorização, em 25 de março de 2013 (data da divulgação desta Demonstração Financeira) a Companhia encontra-se adimplente com as suas obrigações pactuadas na escritura das debêntures. c. Em 07 de fevereiro de 2013, a VRG emitiu uma oferta de US\$ 200 milhões em 10.75% a.a. em Notas Seniores ("Senior Bonds Notes") com vencimento em 2023, em uma operação isenta de registro em conformidade com o Securities Act dos EUA, datado de 1933, conforme alterado ("Securities Act"). A GLAI é a garantidora das Notas Seniores emitidas pela sua subsidiária VRG. As Notas constituem-se em obrigações sênior sem garantia real e poderão ser resgatadas após o decurso de cinco anos. A Companhia pretende utilizar os recursos da oferta para o pagamento de dívidas com vencimento nos próximos três anos e capital de giro. d. Em 27 de fevereiro de 2013, em atendimento ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do disposto no artigo 2º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, a Companhia anunciou que sua controlada, a Smiles S.A. ("Smiles"), apresentou o pedido de registro de companhia aberta e de realização da oferta pública inicial de distribuição das ações de sua emissão perante a CVM ("IPO"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e da Instrução da CVM nº 480, de 4 de abril de 2000, com esforços de colocação das Ações no exterior. É esperado que as Ações Ordinárias sejam admitidas à negociação no Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. A Oferta está sujeita à concessão dos registros pela CVM e às condições de mercado.

Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de março de 2013.

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

André Ricardo Aguillar Paulon

Contador

CRC nº 1 SP 222749/O-5